



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 21 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 852/2013.

Interessado: Dra. Hylza Paiva Torres de Castro, Promotora de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em vista das limitações orçamentárias, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 894/2013.

Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, Promotor de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em vista das limitações orçamentárias, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1242/2015.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo

Assunto: Requerimento de abertura de licitação.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação modalidade pregão eletrônico. Fase Externa. Pregão Eletrônico nº 12/2015, tipo menor preço, para registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos novos. Cumpridas as formalidades legais por parte do pregoeiro e equipe de apoio. Pela homologação do lote 01 em favor da empresa Pedragon Autos Ltda., que ofertou o valor unitário de R\$ 53.499,80 (cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), perfazendo um valor total de R\$ 267.499,00 (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

Proc: 1375/2015.

Interessado: Gabinete do Desembargador Tutmés Airan de Albuquerque Melo.

Assunto: Encaminhamento de decisão.

Despacho: Junte-se aos autos o espelho do E-SAJ do Tribunal de Justiça sobre a tramitação da Apelação Cível nº 0020081-63.2005.8.02.0001, voltando.

Proc: 1535/2015 (Anexo Proc. 688/2014).

Interessado: 51ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Oficie-se à direção do Presídio do Agreste solicitando informações sobre o reeducando.

Proc: 1888/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Santana do Ipanema.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 5143/2014, voltando.

Proc: 1969/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Sistema de Registro de Preço-SRP. Licitação. Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço

por item, para registro de preço ao futuro e eventual aquisição de equipamentos de informática para armazenamento de dados. Fase Interna. Termo de referência. Orçamento nº. 72/2015, elaborado pelo setor de compras. Informação das Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças. Pela autorização de abertura do certame e providências que o caso requer”.

Proc: 2052/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo- Licitação -Modalidade Pregão Eletrônico- Registro de Preços-Fase Interna. Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, do tipo switch, com garantia de 36 (trinta e seis) meses, para implantação de políticas de segurança de acesso a informação nas unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Justificada a necessidade da contratação. Termo de Referência e cotações de preços elaborado pelo setor de compras, orçamento nº 74/2015. Minuta do Edital satisfaz às exigências legais. Existência de informação de dotação orçamentária. Pela aprovação do material confeccionado e ulterior autorização do certame”.

Proc: 2893/2015.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.

Assunto: Representação.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3361/2015.

Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 3436/2015.

Interessado: Dr. Napoleão J. C. C. de M. A. Franco, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3546/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3560/2015.

Interessado: Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3698/2015.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Desarchive-se o feito, remetendo-o à Coordenação das Promotorias de Justiça com Atribuição em Fundações, para se manifestar.

Proc: 3704/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Delmiro Gouveia.

Assunto: Encaminhamento do Processo 0000180-65.2014.8.02.0043 (IP nº 22/2014), para os fins do art. 28 do CPP.

Despacho: Considerando o parecer da douta Assessoria Técnica que opinou “(...) Pela designação de membro do Ministério Público para atuar no caso em tela (...), designo o Promotor de Justiça João Batista dos Santos Filho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, substituto legal da 2ª Promotoria de Justiça daquela circunscrição, para adotar as providências que a situação reclama. Lavre-se a necessária portaria. Em seguida,

encaminhe-se cópia fotostática deste processo administrativo, secundada pelo original do processo judicial acostado, integrado pelo referido Inquérito Policial, todos apontados em testilha, ao Promotor de Justiça designado. Comunique-se ao Juízo de Direito interessado. Finalmente, archive-se este processo administrativo.

Proc: 3734/2015.

Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Alagoas - Simpeal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao interessado para se manifestar, voltando.

Proc: 3760/2015.

Interessado: Dr. Sérgio Eduardo Simões, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3765/2015.

Interessado: Maurício Mannarino Teixeira Lopes e outros.

Assunto: Requerimento de informações.

Despacho: Responda-se aos interessados, via e-mail, que a Procuradoria Geral de Justiça somente terá condições de prestar os esclarecimentos necessários após a definição do orçamento para o exercício de 2016.

Proc: 3819/2015.

Interessado: Gabinete da Presidência/Tribunal de Justiça.

Assunto: Requerimento de informações.

Despacho: Em razão das informações constantes dos autos, remeta-se cópia à 51ª Promotoria de Justiça da Capital. Em seguida, archive-se.

Proc: 3845/2015.

Interessado: 14ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para informar.

Proc: 3867/2015.

Interessado: Dr. Jomar Amorim de Moraes, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3888/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia de peças da NF nº 1.11.000.000989/2015-15).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 3939/2015.

Interessado: Fórum Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral - FNCCE.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Chefia de Gabinete para informar.

Proc: 3963/2015.

Interessado: Aristheu de Gusmão Lyra Neto - ME.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 06, archive-se.

Proc: 3975/2015.

Interessado: Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º CAO/MP.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DG para informar.

Proc: 4011/2015.

Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - Asplage.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À Secretaria do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça para inserir na pauta de reunião vindoura.

Proc: 4023/2015.
Interessado: Instituto da Melhor Idade - IMI.
Assunto: Requerimento de providências
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4028/015.
Interessado: Ariane Arcanjo de Souza Amorim.
Assunto: Termo de desistência,
Despacho: Junte-se ao Proc. 3936/2015.

Proc: 4029/2015.
Interessado: Dra. Adézia Lima de Carvalho, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.
Após, archive-se.

Proc: 4033/2015.
Interessado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Carapicuíba/SP.
Assunto: Requerimento de providências
Despacho: À 13ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 4047/2015.
Interessado: Juízo de Direito da 28ª Vara da Capital/Infância e Juventude.
Assunto: Encaminhamento de senha de autos (Processo nº 0700019-67.2014.8.02.0090).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4048/2015.
Interessado: Juízo de Direito da 28ª Vara da Capital/Infância e Juventude.
Assunto: Encaminhamento de senha de autos (Processo nº 0700423-55.2013.8.02.0090).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4070/2015.
Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Junte-se ao Proc. 1835/2015.

Proc: 4071/2015.
Interessado: Direção Geral/Comarca de São Miguel dos Campos.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos para se manifestar, voltando.

Proc: 4074/2015.
Interessado: Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4077/2015.
Interessado: Juízo de Direito da 24ª Vara Cível da Capital/Família.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Junte-se ao Proc. 3001/2015.

Proc: 4079/2015.
Interessado: Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional/Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Publique-se o extrato das licenças médicas homologadas pela Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional. Em seguida, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 4087/2015.
Interessado: Iolanda Salvador dos Santos e outros.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4090/2015.
Interessado: Agarina Mendonça Vasconcelos.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4091/2015.
Interessado: Silvana Cassella de Figueredo Almeida.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4092/2015.
Interessado: Maria José Holanda de Araújo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4093/2015.
Interessado: Maria Vitória Pereira Marques.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4094/2015.
Interessado: Cooperativa de Transporte Complementar Intermunicipal de Passageiros de Alagoas - COOPERVAN.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4096/2015.
Interessado: 19ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Publique-se na forma requerida.

Proc: 4102/2015.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000761/2015-17).
Despacho: À Coordenação das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital.

Proc: 4104/2015.
Interessado: Dra. Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, archive-se.

Proc: 4113/2015.
Interessado: 21ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À 10ª Procuradoria de Justiça Cível.

Proc: 4114/2015.
Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de afastamento.
Despacho: Defiro ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4117/2015.
Interessado: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Arapiraca/AL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4118/2015.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000699/2015-63).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Denúncia Anônima nº 28/2015.
Interessado: Anônimo.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Processo: 0000114-04.2014.8.02.0070.
Interessado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Delmiro Gouveia.
Assunto: Encaminhamento do Processo 0000114-04.2014.8.02.0070, para os fins do art. 28 do CPP.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de setembro de 2015.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 899, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. SÉRGIO EDUARDO SIMÕES, 28º Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, portador do CPF nº 171.571.704-00, matrícula nº 62612, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 498,62 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Porto de Pedras, nos dias 6 e 20 de agosto do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Porto de Pedras, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 715, de 3 de agosto de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 900, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 600.472.166-20, matrícula nº 69142, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Olho D'Água das Flores, nos dias 4, 11, 13 e 18 de maio do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Olho D'Água das Flores, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1114, de 30 de outubro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 901, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. GIVALDO DE BARROS LESSA, 58º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 759.073.724-00, matrícula nº 69123, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de julho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Traipu, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 78, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 902, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 630.155.104-44, matrícula nº 69079, 2 (duas) meias diárias,

no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 498,62 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Porto Real do Colégio, nos dias 11 e 18 de junho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 142, de 27 de fevereiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 903, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOMAR AMORIM DE MORAES, 2ª Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, portador do CPF nº 383.566.275-91, matrícula nº 69196, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 448,76 (quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Igaci, nos dias 2 e 30 de julho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Igaci, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 709, de 31 de julho de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve designar o Dr. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO, 61º Promotor de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar, de 2ª entrância, durante as férias da Promotora de Justiça titular.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 905, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de JONATHAN DO NASCIMENTO MATOS, Técnico do Ministério Público - Especialidade: Tecnologia da Informação, lotado no 2º Centro de Apoio Operacional, sediado em Arapiraca, portador do CPF nº 053.548.944-76, matrícula nº 825712, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, no dia 18 de agosto do corrente ano, para realizar o acompanhamento de instalação da internet na Promotoria de Justiça de Traipu, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2402.0000 - Manutenção dos Serviços de Informática do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 906, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. JOÃO BATISTA DOS SANTOS FILHO, 1º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, para funcionar nos autos do processo nº 0000180-65.2014.8.02.0043, em tramitação na 2ª Vara de Delmiro Gouveia.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 907, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e em atendimento ao requerido no Processo PGJ nº 3506/2015, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 1ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, nos autos do Processo nº 0000157-85.2015.8.02.0043, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital, bem como nos feitos judiciais criminais deles decorrentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 908, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e em atendimento ao requerido no Processo PGJ nº 3511/2015, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe, nos autos do Processo nº 0703728-52.2015.8.02.0001, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital, bem como nos feitos judiciais criminais deles decorrentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 198306

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa às EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO TIPO NOBREAK, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 05 dias para a apresentação de propostas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOBRESSALENTES PARA MANUTENÇÃO DE NOBREAKS DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS.

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se a disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, no Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h30min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: carla.araujo@mpal.mp.br ou carla.comprasmpal@gmail.com, ou por telefone através do número (82) 2122-3541.

Maceió, 21 de setembro de 2015

Carla Fernanda Rocha de Araújo
Setor de Compras

Protocolo 197700

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça do PROCESSO PGJ Nº 1242/2015, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 12/2015, que tem por objeto o registro de preços para a aquisição de veículos novos (consoante Deliberação CONTRAN nº 64/2008 - Anexo 2.12), ano 2015, modelo 2015, com licenciamento, para atender às necessidades dos serviços da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, o lote 01 à licitante vencedora PEDRAGON AUTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.935.826/0001-30, estabelecida na Av. Rui Barbosa, 963, Afritos, Recife/PE, por ter ofertado o valor final de R\$ 267.499,00 (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais), tudo de acordo com o que preceitua o Ato Normativo nº 06/2005, a Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Maceió, 18 de setembro de 2015.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 198273

SÚMULA DO CONTRATO Nº 22/2015

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: MARCOS ANTÔNIO G. DOS SANTOS-ME (CNPJ nº 02.872.847/0001-91).

DO OBJETO: Prestação de serviços especializados em manutenção elétrica e mecânica em 01 (um) grupo gerador diesel de 350 kVA, em rampa, fornecido e instalado pela empresa Stemac S/A Grupos Geradores, nas dependências do Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Presencial nº 11/PGJ/2014, quantidades, valores unitários e totais estabelecidos neste Contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 11/2014, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Federal nº 3.555/2000, bem como, no Ato Normativo PGJ nº 06/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, como também, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei 8.666/93, conforme processo nº PGJ/AL-3561/2013, passando a fazer parte deste instrumento.

DO VALOR: R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas, incluídas no PPA 2012 - 2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza da Despesa 339039 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Marcos Antônio Gonçalves dos Santos (Representante legal da Contratada).

Protocolo 197797

SÚMULA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2011

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A. (CNPJ nº 02.558.157/0001-62).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço móvel pessoal - SMP (dados), para comunicação de dados e acesso a internet banda larga móvel, com tecnologia 4G, mediante fornecimento de modens USB em regime de comodato, nº 25/2011, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 19 de setembro de 2015 até 18 de setembro de 2016, face aplicação do § 2º do art. 57 e art. 65, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-3210/2015.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluídas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339039 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 2 de setembro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Walber José Valente de Lima (Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional); Bernardo Brayner de Almeida e Luis Otávio Cavalcanti Montibello (Representantes legais da Contratada).

Protocolo 198103

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '21' DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####

Proc. 507/2014

Interessado:

ABAIXO-ASSINADO DO CONJUNTO RESIDENCIAL PRATAGY

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 26/2015

Interessado:

ANONIMO

Natureza:

DENUNCIA

Assunto:

DENUNCIA

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4004/2014

Interessado:

LOURIVAL DOS SANTOS

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS.

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 4119/2015

Interessado:

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO

Natureza:

NOTICIA-CRIME

Assunto:

NOTICIA-CRIME CONTRA INSTITUTO DE DOENÇAS REUMATICAS E FISIOTERAPIA LTDA

Remetido para:

PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA SAUDE, DO IDOSO E DO DEFICIENTE - PRODSID

#####

Proc. 4120/2015

Interessado:

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL

Natureza:

PROMOCAO DE ARQUIVAMENTO

Assunto:

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - ICP 007/2013

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 4111/2015

Interessado:

DR. MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA,PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

CIENCIA DE DEVOLUÇÃO DOS AUTOS

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

Proc. 4110/2015

Interessado:

DRª. ILDA REGINA REIS SANTOS, PROMOTORA DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto:

DIARIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4109/2015

Interessado:

DRª. ILDA REGINA REIS SANTOS, PROMOTORA DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto:

DIARIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4124/2015

Interessado:

ITAÚ UNIBANCO S.A

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4123/2015

Interessado:

2ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE PENEDO

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4122/2015

Interessado:

2ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE PENEDO

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICAÇÃO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 736/2015

Interessado:

BELTRÃO & LOPES CONSULTORIA

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

ENCAMINHANDO INFORMAÇÕES

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4121/2015

Interessado:

DIRETORIA DE PESSOAL DA PGJ

Natureza:

REQUERENDO NOMEACAO DE FUNCIONARIO

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 853/2015

Interessado:

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

PROCESSO DIGITAL N° 0703278-12.2015.8.02.0001

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1499/2015
Interessado:
JUÍZO DE DIREITO - VARA DO UNICO OFICIO DE ATALAIA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4066/2015
Interessado:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NUCLEO PERMANENTE DE METODOS
CONSENSUAIS DE SOLUCAO DE CONFLITOS - NJUS-AL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
OFICIO NPMSC Nº 76/2015
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 734/2015
Interessado:
CLINICA TERAPEUTICA RESTAURAÇÃO LTDA.
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO INFORMAÇÕES
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4078/2015
Interessado:
JUÍZO DE DIREITO VARA DO ÚNICO OFÍCIO DE CAMPO ALEGRE
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REMESSA DO IP
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4081/2015
Interessado:
THIAGO CHALCON DELGADO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
AGENDAMENTO DE FERIAS-2016
Remetido para:
DIRETORIA DE PESSOAL

Proc. 1701/2015
Interessado:
SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, VEREADOR DE MACEIO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4072/2015
Interessado:
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
PROC. PGJ/AL 3918/2015
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1891/2015
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DE ARAPIRACA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
INDICAÇÃO DE PROMOTOR
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4089/2015
Interessado:
FLAVIA MARIA PEREIRA BRAGA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1914/2015
Interessado:
SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, VEREADOR DE MACEIO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
EXPLICAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS PUBLICADOS NO DOM DE 14 DE
MAIO DE 2015
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4125/2015
Interessado:
DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL / SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL EM ALAGOAS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHANDO DE NOTICIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4088/2015
Interessado:
MARIA HELENA BARROS LIMA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 3269/2015
Interessado:
HUMBERTO HENRIQUE, SANDRA MALTA, PERICLES GAMA, DELFINO
COSTA, ANA LUCIA, ALBA NIVEA, UBIRAJA RAMOS, SILVANA DE
ALMEIDA, PROMOTORES DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
EDIÇÃO DE RESOLUÇÃO COM ESCOPO DE CRIAR COORDENAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4129/2015
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4128/2015
Interessado:
ALICE QUINTELA LOPES OLIVEIRA E SUZANA QUINTELA LOPES DE
OLIVEIRA
Natureza:
REQUERENDO AUXILIO FUNERAL
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4127/2015
Interessado:
SECRETARIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
HIDRICOS

Natureza:
REMETENDO INFORMACOES

Assunto:
RESPOSTA AO OFICIO CPJ N. 11/2015

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4131/2015

Interessado:
PROMOTORES DE JUSTIÇA DO GRUPO ESTADUAL DE COMBATE às
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - GECOC

Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:
NOTÍCIA DE FATO - NF-GECOC/AL N° 001/2015

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4130/2015

Interessado:
WESLEY FERNANDES OLIVEIRA, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:
REQ. LICENÇA MATRIMONIO

Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:
DIRETORIA DE PESSOAL

#####

Proc. 4126/2015

Interessado:
THAYSA ALESSANDRA BERNARDO DE LIMA, TÉCNICO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO

Natureza:
TRATAMENTO DE SAUDE

Assunto:
LICENÇA DE TRATAMENTO MÉDICO

Remetido para:
DIRETORIA DE PESSOAL

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 198185

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '21' DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE
DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO
AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0501190-95.2007.8.02.0055
RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINARIO EM
APELAÇÃO

SANTANA DO IPANEMA
RECORRENTE:

MUNICIPIO DE OLIVENÇA/AL
RECORRIDO :

CLEANE BARBOSA FONTES
Entrada :21/09/2015 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 21/09/2015

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0081808-18.2008.8.02.0001

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL

RECORRENTE:
VILMA LUCIA DOS SANTOS

RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO

Entrada :21/09/2015 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 21/09/2015

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0082329-94.2007.8.02.0001

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL

RECORRENTE:
FERNANDO MENDES DA SILVA

RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO

Entrada :21/09/2015 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 21/09/2015

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0700176-12.2014.8.02.0067

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL

RECORRENTE:
MAGNO MATIAS RODRIGUES DA SILVA

RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO

Entrada :21/09/2015 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 21/09/2015

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0702310-50.2013.8.02.0001

RECURSO EXTRAORDINARIO EM APELAÇÃO
CAPITAL

RECORRENTE:
ELIEGIO SANTOS DE OLIVEIRA

RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO

Entrada :21/09/2015 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 21/09/2015

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0500401-89.2007.8.02.0025
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
OLHO D'AGUA DAS FLORES
AGRAVANTE :
JOSE NILSON DOS SANTOS
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :21/09/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0035184-71.2009.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL
AGRAVANTE :
ELTON JAMERSONFIALHODA SILVA
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :21/09/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0501168-34.2009.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL
AGRAVANTE :
AILTON JOSE DE OLIVEIRA SILVA
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :21/09/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0705373-83.2013.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL
AGRAVANTE :
JOSE ROBERTO TENORIO DA SILVA
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :21/09/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0037549-64.2010.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM RECURSO EM
SENTIDO ESTRITO
CAPITAL
AGRAVANTE :
LUIZ CARLOS CORREIA DE BARROS
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :21/09/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0038469-38.2010.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM RECURSO EM
SENTIDO ESTRITO
CAPITAL
AGRAVANTE :
CARLOS ANDRE DA SILVA
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :21/09/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

=====
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
=====

Protocolo 198238

=====
>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<
=====

AO(S) 21º DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE
DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0500038-02.2015.8.02.0000
PETIÇÃO
MARECHAL DEODORO
INVESTIGAD:(A)
L. D. B. DE A.
:

Entrada :14/09/2015 Retirada :14/09/2015
Devolução :21/09/2015 Saidap/ TJ 21/09/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/09/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador-Geral de Justiça:
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

=====
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
=====

Protocolo 198239

Conselho Superior do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EXTRATO DA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP DE 2015

Aos 14 (catorze) dias do mês de setembro do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 14h00, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, compareceram, para realização da 28ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Sérgio Jucá, Vicente Felix Correia, Walber José Valente de Lima, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Denise Guimarães de Oliveira, sob a presidência do primeiro. Ausentes justificadamente os Conselheiros Dilmar Lopes Camerino e Lean Antônio Ferreira de Araújo. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 27ª reunião ordinária de 2015, a qual resultou aprovada por unanimidade. Após, passou-se à análise dos seguintes expedientes para conhecimento: 1. Ofício nº 105/2015 (PGL/AL-3699/2015). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Procedimento preparatório nº 01/2015. 2. Ofício nº 120/2015 (PGJ/AL-3732/2015). Origem: 13ª Promotoria de Justiça da Capital - MPE/AL. Assunto: Comunicação acerca da instauração de Inquérito Civil Público. 3. Ofício 1º CPMA nº 042/2015 (PGJ/AL-3743/2015). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital - MPE/AL. Assunto: Comunica instauração de Inquérito Civil. 4. Ofício nº 260/2015 (PGJ/AL-3755/2015). Origem: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. Assunto: Encaminhando cópia de ação de improbidade administrativa. 5. Ofício nº 261/2015 (PGJ/AL-3756/2015). Origem: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. Assunto: Encaminhando cópia de ação de improbidade administrativa. 6. Ofício 1º CPMA nº 038/2015 (PGJ/AL-3759/2015). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital - MPE/AL. Assunto: Comunica instauração de Inquérito Civil. Não houve manifestação dos conselheiros presentes acerca dos processos acima listados. Ato contínuo foram postos para apreciação os seguintes processos para deliberação: 1. Processo PGJ/AL 3468/2015. Interessado: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Processo PGJ/AL 1314/2015, requerendo providências. 2. Processo PGJ/AL 3549/2015. Interessado: CNMP - Conselheiro Nacional Jarbas Soares Júnior. Assunto: Proposta de resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística. Em relação aos itens 1 e 2 dos processos relacionados para deliberação, o Conselho Superior do Ministério Público decidiu pelo encaminhamento de cópia dos respectivos autos aos membros deste órgão colegiado para análise e posterior inserção em pauta. Em sequência foram postos em apreciação os seguintes processos para deliberação em reexame de promoção de arquivamento. 1. Procedimento Administrativo nº 29/2014 (PGJ/AL-955/2014, 956/2014, 974/2014 e 975/2014) apenso Procedimento Administrativo nº 43/2014 (PGJ/AL-1190/2014 - 01 anexo). Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Christiano Rossini Martins Costa e outros. Assunto: Notícia de possível irregularidade em processo seletivo realizado pela UNCISAL para preenchimento de vagas na residência multiprofissional em saúde da família. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 2. Procedimento Preparatório nº 09/2015 (PGJ/AL-119/2015 - 02 anexos). Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): José Ribeiro de Almeida Neto e outros. Assunto: Representação contra concurso público para provimento do cargo de Professor Auxiliar da UNCISAL, disciplina Diagnóstico por Imagem e Procedimentos Radioterápicos, aberto por meio do Edital 01/2014, de 10/09/2014. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 3. Processo PGJ/AL-623/2011. Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar. Interessado: FNDE. Assunto: Notícia de suposta irregularidade no FUNDEB - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 4. Procedimento Administrativo nº 301/2014 (PGJ-3877/2014). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Interessado: Antonio de Souza Filho (Presidente da Associação dos Proprietários e Moradores do Recanto da Sereia III). Assunto: Solicitação de desarquivamento do procedimento administrativo nº 056/2011 - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Retirado de pauta. 5. Processo PGJ/AL nº 009/06. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado: Comunidade do Povoado Manimbu - Penedo. Assunto: Abandono de patrimônio público - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 6. Processo PGJ/AL nº 912/2011. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Interessado: Procuradoria da

República em Alagoas. Assunto: Pedido de providências para apuração de possível prática de improbidade administrativa atribuída ao ex-prefeito de Porto Calvo - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 7. Processo PGJ/AL nº 1274/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Interessado: Cícero Williams da Silva. Assunto: Solicitação de providências - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 8. Processo PGJ/AL nº 55/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar. Interessado: Coletividade. Assunto: Obtenção de informações acerca de ação de improbidade administrativa proposta pelo município de Pão de Açúcar em desfavor do Sr. Jorge da Silva Dantas - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Proclamado o resultado: Retirado de pauta. 9. Processo PGJ/AL nº 22/2014 (PGJ/AL nº 3094/2015 - 01 anexo). Origem: 61ª Promotoria Justiça da Capital. Interessado: Comando de Policiamento da Capital. Assunto: Interdição de prédio do INSS - Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 10. Processo PGJ/AL nº 3096/2015. Origem: 15ª Promotoria Justiça da Capital. Interessado: 15ª Promotoria Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento dos autos do PP de ICP nº 005/2014 (PGJ/AL 1435/2014), com solicitação de providências - Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 11. Processo PGJ/AL nº 3093/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Investigação de irregularidade no funcionamento do matadouro público de Penedo - Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 12. Processo PGJ/AL nº 4827/2014 (PGJ/AL-3097/2015 apenso). Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: BRA Serviços Técnicos Ltda. Assunto: Representação - Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 13. Procedimento Preparatório nº 05/2013 (Procedimento Administrativo nº 72/2013 - 05 anexos). Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: CNMP. Assunto: Apuração de suposto ato de improbidade administrativa por membro do Ministério Público - Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, e retorno do voto vista do Senhor Presidente, Conselheiro Sérgio Jucá. Proclamado o resultado: Em face do voto vista oral do Senhor Presidente, deliberou o Conselho Superior pela devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para, nos termos do § 1º, do artigo 10, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, providenciar a cientificação pessoal do interessado, Presidente da Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, e, para constar, eu, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Sérgio Jucá
Presidente

Vicente Felix Correia
Conselheiro

Walber José Valente de Lima
Conselheiro

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Conselheiro

Denise Guimarães de Oliveira
Conselheira

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça / Secretário do CSMP

Protocolo 198333

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, do Regimento Interno do CSMP, torna pública a lista dos inscritos para concorrerem a REMOÇÃO pelo critério de ANTIGUIDADE para o cargo de Promotor de Justiça de Satuba, de 1ª Entrância, referente ao Edital de Remoção nº 10/2015:

1- Proc. 3953/2015. Interessado: Thiago Chacon Delgado, Promotor de Justiça
2 - Proc. 3982/2015. Interessado: Vinícius Ferreira Calheiros Alves, Promotor de Justiça

Cumpra informar, ainda, que os interessados possuem o prazo de 03 (três) dias para eventuais impugnações, reclamações e desistências, conforme preceitua o artigo 68, parágrafo único, do mencionado Regimento Interno.

Maceió, 21 de setembro de 2015.

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
Protocolo 197738

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, do Regimento Interno do CSMP, torna pública a lista dos inscritos para concorrerem à REMOÇÃO pelo critério de MERECIMENTO para o cargo de Promotor de Justiça de Matriz de Camaragibe, de 1ª Entrância, referente ao Edital de Remoção nº 27/2015:

1- Proc. 3851/2015. Interessado: Carlos Davi Lopes Correia Lima, Promotor de Justiça

Cumpra informar, ainda, que os interessados possuem o prazo de 03 (três) dias para eventuais impugnações, reclamações e desistências, conforme preceitua o artigo 68, parágrafo único, do mencionado Regimento Interno.

Maceió, 21 de setembro de 2015.

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
Protocolo 197747

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, do Regimento Interno do CSMP, torna pública a lista dos inscritos para concorrerem à REMOÇÃO pelo critério de ANTIGUIDADE para o cargo de Promotor de Justiça de Igaci, de 1ª Entrância, referente ao Edital de Remoção nº 30/2015:

1- Proc. 3962/2015. Interessado: Marllisson Andrade Silva, Promotor de Justiça.

Cumpra informar, ainda, que os interessados possuem o prazo de 03 (três) dias para eventuais impugnações, reclamações e desistências, conforme preceitua o artigo 68, parágrafo único, do mencionado Regimento Interno.

Maceió, 21 de setembro de 2015.

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
Protocolo 197796

Corregedoria Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CG nº 437/2015.
Interessada: Promotora de Justiça Nísia Cunha Rios Cavalcanti.

DESPACHO

Acolho o Parecer da Doutra Assessoria Técnica desta CGMP/AL, a qual passa a integrar o presente Despacho, determinando o encaminhamento de Orientação à

Dra. Promotora de Justiça da 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Intime-se à parte, deste despacho. Publique-se. Cumpra-se.

Maceió-AL, 11 de setembro de 2015.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral do MPE/AL

Protocolo 198148

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CG nº 382/2015.
Interessada: Promotora de Justiça Nísia Cunha Rios Cavalcanti.

DESPACHO

Acolho o Parecer da Doutra Assessoria Técnica desta CGMP/AL, a qual passa a integrar o presente Despacho, determinando o encaminhamento de Orientação à Dra. Promotora de Justiça da 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Intime-se à parte, deste despacho. Publique-se. Cumpra-se.

Maceió-AL, 18 de setembro de 2015.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral do MPE/AL

Protocolo 198150

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PENEDO

PORTARIA N.º 07/15

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ora em exercício acumulativo na 2ª Promotoria de Justiça de Penedo, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Magna Carta, bem como, § 1º do art. 8º da Lei 7.347/85 e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, considerando a constatação por este Órgão de que várias pessoas beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida aptas a receber suas unidades no residencial Vale do São Francisco no município de Penedo, foram identificadas como já contempladas por unidades em outro conjunto, implicando em duplo benefício; considerando, por outro lado, a constatação de erro de projeto ambiental do referido residencial onde se verifica que o esgotamento sanitário do conjunto desemboca em várias nascentes de água, o que causará danos ambientais irreversíveis após a ocupação do referido conjunto, resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, em face do município de Penedo, da construtora responsável e do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA a fim de apurar as responsabilidades civis e propor as medidas judiciais cabíveis em face dos envolvidos e, e para tanto determina:

Requisitar da Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social de Penedo: informações sobre a construtora responsável pelas obras do Conjunto Residencial Vale do São Francisco, bem como, informações sobre as constatações verificadas; Cruzamento de dados de todos os beneficiários do PMCMV a fim de se evitar e identificar duplicidades de contemplados;

Recomendar ao Prefeito municipal e à instituição financeira responsável que suspendam o processo de entrega das unidades até a conclusão do presente procedimento, bem como, recomendar ao Prefeito que retire do portal da prefeitura a lista dos contemplados;

Requisitar do IMA informações sobre o projeto ambiental do referido conjunto, licenças expedidas, bem como, sobre o fato do sistema de esgoto desembocar em nascentes de água naquela região;

Designar data para oitiva dos denunciante nesta Promotoria de Justiça;

Autuação e registro em livro próprio, consoante determina o art. 4º da Resolução nº 01/10 do Colégio de Procuradores de Justiça.

O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para informação e acompanhamento.

Determina, ainda, dar publicidade a presente portaria e para tanto faz oficiar ao Procurador Geral de Justiça no sentido de que esta seja publicada no Diário Oficial do Estado.

Penedo, 17 de setembro de 2015.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Protocolo 198096

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL
RESENHA

A 21ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio do Promotor de Justiça titular, vem, nos termos do art. 5º, da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar ao(s) interessado(s) a adoção de providências no Procedimento Administrativo a seguir nominado: Procedimento Administrativo 103/15 (PGJ/AL-3070/2015) - Interessado: Sindicato dos Servidores de Fiscalização Estadual Agropecuária de Alagoas - Sinfeagro - Objeto: relata supostas irregularidades no âmbito da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - Adeal - Decisão: A análise dos autos denota que não há fundamento para instauração de procedimento preparatório ou inquérito civil público, tendo em vista a inexistência de elementos probatórios a embasar as alegações do representante, que não supriu as omissões indicadas no prazo concedido. Diante do exposto, deixo de converter o presente feito em procedimento preparatório ou inquérito civil e indefiro o pedido nos termos do que preconiza o artigo 5º da Resolução nº 23 do CNMP. Os interessados dispõem do prazo de 10 dias, a contar da data da publicação, para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

Jamyl Gonçalves Barbosa
Promotor de Justiça

Protocolo 198079

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Maceió, 18 de setembro de 2015

À Sua Excelência o Senhor
José Luciano Barbosa da Silva
Secretário de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas
NESTA

Recomendação 19ª PJC nº 01/2015

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O Ministério Público do Estado de Alagoas, através da 19ª Promotoria de Justiça da Capital, no exercício da função relativa à defesa do direito à educação que é requisito para dignidade da pessoa humana, com fundamento nos princípios da legalidade, eficiência e da moralidade administrativa, nos termos do artigo 129, II e VI, da Constituição da República, c/c o disposto no artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 15/96 e inciso IV, parágrafo único do artigo 27, da Lei Nacional nº 8.625/93, aplicando-se subsidiariamente o disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Nacional nº 75/93, que autoriza o Parquet a “expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis” e com o objetivo de solucionar, administrativamente, a falta de atendimento a alunos com deficiência, regularmente matriculados na rede pública estadual de ensino, resolve notificar V. Exa. dando-lhe ciência da ilegalidade ora praticada, nos seguintes termos:

DOS FATOS

A 19ª Promotoria de Justiça tem recebido notícias de que, há alunos, com deficiência física e/ou mental, regularmente matriculados, na rede estadual de ensino, para cursar o ano letivo de 2015, que estão impedidos de frequentar a escola por falta de profissionais que os auxiliem em sala de aula e nas atividades necessárias ao convívio escolar.

A unidade Wandete de Castro, que funciona como centro de apoio à pessoa com deficiência, tem funcionamento insuficiente, em virtude da falta de profissionais com formação adequada ao atendimento das necessidades de seus usuários, o que resulta em uma grade demanda não atendida.

O Ministério Público formulou entendimentos verbais e encaminhou ofícios, à Secretaria de Estado da Educação, que relavam situações específicas de falta de atendimento a alunos com deficiência, regularmente matriculados no ano letivo de 2015, e solicitou providências urgentes para solução do problema.

Os ofícios referidos no item 3 acima não foram respondidos pela SEE e as providências solucionadoras não foram adotadas, de modo que a ilegalidade permanece e prejudica diversos alunos causando-lhes danos irrecuperáveis.

DA JUSTIFICATIVA:

A República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, nos termos fixados pelos incisos III, artigo 1º da Constituição Federal e, para que esta se materialize, é essencial que o indivíduo tenha acesso à educação, que lhe desenvolva a capacidade intelectual e habilidades para o exercício de profissões e ofícios que lhe assegurem o sustento próprio de e de sua família, através da remuneração de seu trabalho.

Educação, além de compor o rol dos direitos fundamentais sociais, como elemento integrante do mínimo existencial do indivíduo, é serviço essencial do Estado, tutelado constitucionalmente, na forma prescrita pelo artigo 6º do Diploma Maior. Se constitui em direito público subjetivo, cuja defesa incumbe ao Ministério Público na forma do artigo 5º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CONSIDERANDO que:

O serviço de Educação, em virtude de sua essencialidade e importância para a realização pessoal de cada indivíduo, bem como para o desenvolvimento do Estado, é protegido pelo princípio de qualidade mínima estabelecido pelo inciso VII, artigo 206 da vigente Constituição Federal e especificado pela legislação infra constitucional anteriormente referida.

Para garantia de padrão de qualidade mínima o serviço de educação, tutelada pela meta 7 da Lei 13.005/15, o ensino público deve obedecer ao princípio da continuidade e sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente, como dispõe o § 2º, artigo 208 da Carta da República

O Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe em seu artigo 4º, que a educação é um dos direitos da criança ou adolescente. Tutela significativamente os direitos que se pretende assegurar com a presente ação, pois o Capítulo IV, artigos 54 e 57, reza que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o acesso à educação especializada e eficaz,

O inciso III, do artigo 208 da Carta Magana determina que é dever do Estado o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esta disposição é ratificada e especificada pelo §3º, artigo 58, da LDB.

O inciso I, do artigo 59 da LDB estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para o atendimento de suas necessidades.

O § único, artigo 60, da LDB dispõe que o Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais, na própria rede pública regular de ensino.

O Conselho Nacional de Educação editou a Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001, cujo artigo 2º explicita que a escola deve assegurar as condições necessárias, para a oferta de uma educação de qualidade, para todos, e para o atendimento aos educandos com necessidades especiais. Para que isso ocorra deve o Estado seguir as disposições do artigo 3º, da referida Resolução, que indica o dever dos sistemas de ensino de constituir e fazer funcionar, um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros, de modo a viabilizar e sustentar o processo de construção da Educação Inclusiva. Os alunos com deficiência estão matriculados na rede estadual de ensino e recebem regularmente esse serviço, entretanto, foram privados desse direito desde o mês de maio do corrente ano, fato que configura regressão do alcance e da qualidade do serviço de ensino no Estado o que é ilegal em virtude do princípio da proibição de retrocesso, constitucionalmente acolhido e regulado especificamente para o serviço de educação através dos incisos II e IV, artigo 2º, e meta 4, todos da Lei 13.005/2014 (PNE)

I - É atribuição institucional do Ministério público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais destaca-se, no presente caso, o direito à educação.

Resolve RECOMENDAR ao Exmo. Senhor José Luciano Barbosa da Silva que:

Providencie a imediata reinserção, nas atividades de ensino regulares, das escolas onde estão matriculados, os alunos com deficiência ora excluídos do direito à aprendizagem escolar por falta de pessoal de apoio e auxiliares de sala.

Adote as providências necessárias para que a reinserção, acima referida, aconteça de modo eficiente para o desenvolvimento adequado das habilidades cognitiva e psico/social dos alunos objeto desta recomendação.

Informa-se, por fim, que a presente recomendação deve ser respondida em até 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual, no endereço indicado abaixo, através de ofício acompanhado das razões pelas quais se acolhe ou não a presente recomendação.

Atenciosamente,

MARIA CECILIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

Endereço para envio de documentos e informações: Rua Pedro Jorge Melo e
Silva, n.º 79, Poço, 1º andar, sala 02, Maceió-AL. CEP: 57.025-400.

Protocolo 198116

O futebol pede paz

SOMOS ADVERSÁRIOS NÃO SOMOS INIMIGOS

Torça contra a violência nos estádios

A violência nos estádios de futebol, passou a ser considerada um problema social, uma vez que tomou uma proporção muito grande. Essa violência é provocada principalmente por alguns membros de torcidas organizadas, uma vez que a quantidade de pessoas envolvidas é muito grande, dificultando, inclusive, o trabalho da polícia e ferindo, ou até matando, pessoas inocentes.

IMPRESA OFICIAL
GRACILIANO
RAMOS